Eixo Capital



ANA MARIA CAMPOS anacampos.df@dabr.com.br

Extorsão a pacientes é investigada

A 2ª Promotoria de Justiça de Defesa da Saúde (Prosus) apura crimes de extorsão contra pacientes da Secretaria de Saúde portadores do vírus HIV. O promotor de Justiça Clayton Avelar obteve três mandados de busca e apreensão e vai analisar



dispositivos eletrônicos e outras provas em enderecos residenciais e comerciais no estado de São Paulo. Clayton Germano recomenda às vítimas de crimes de extorsão que não paguem qualquer vantagem (em dinheiro, favores ou outros bens) aos criminosos. "A extorsão nunca cessa, só aumenta. As vítimas devem guardar provas como mensagens, bilhetes e telefones de contato e procurar o Ministério Público", explicou. A 2ª Prosus abriu investigação em junho, depois de ser procurada por duas vítimas, pacientes do Centro de Testagem e Aconselhamento (CTA). As duas pessoas relataram ter sido extorquidas por criminosos, supostamente de posse de seus dados pessoais e de diagnóstico.

Policiais civis convocam assembleia para definir ações em busca da paridade

Policiais civis do DF vão realizar, hoje, uma Assembleia Geral Extraordinária (AGE) no Estacionamento VI do Parque da Cidade, tendo como principal assunto o avanço das



negociações para restabelecer a simetria salarial entre as carreiras da Polícia Civil do DF (PCDF) e da Polícia Federal (PF), uma dupla negociação que ocorre entre os governos distrital e federal. Organizada pelo Sindicato dos Policiais Civis do DF (Sinpol-DF), a assembleia discutirá estratégias de mobilização em torno da reivindicação salarial da categoria, que, segundo os investigadores, não tem avançado de forma satisfatória nas esferas governamentais.

Barroso e a IA

O presidente do STF, Luis Roberto Barroso, lança, hoje, seu novo livro intitulado Inteligência Artificial, Plataformas Digitais e Democracia. A obra explora o impacto das novas tecnologias nas instituições, no Judiciário e na democracia. O lançamento será às 18h30, no Soho Brasília, no Pontão do Lago Sul.





Debate de ouvidorias

A Ouvidoria-Geral do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT) promove, hoje, o I Café com Ouvidores, que ocorrerá a partir das 8h30. O encontro coordenado pela Ouvidora-Geral do TJDFT, desembargadora Maria de Lourdes Abreu, é uma oportunidade para conhecer e discutir as iniciativas das ouvidorias de diversos órgãos e potencializar essa

ferramenta de gestão.

Evento aborda avanços e desafios da transformação digital no setor público

A próxima edição do CSC GovTech, maior encontro de soluções digitais para o setor público, será realizada, hoje, no Museu Nacional da República com transmissão ao vivo no canal do YouTube da Plataforma CSC. Com a presença de 100 palestrantes, entre eles, o empresário Fabiano Carvalho, especialista em transformação digital e CEO da Ikhon, empresa da capital federal, o evento abordará inovação, transformação digital, governança de dados, regulação, internet das coisas (IoT), inteligência artificial (IA) e outros temas relevantes para a administração pública. O objetivo é promover e fomentar a modernização e inovação do setor público.

Monumento em homenagem aos candangos será restaurado

Um dos monumentos mais antigos do Distrito Federal, o Solarius, localizado à margem leste da BR-040, na divisa com Goiás, será restaurado. A obra do artista francês Auge Falchi, feita em estrutura de aço com chapas



galvanizadas, tem 16 metros de altura e simboliza o movimento migratório dos brasileiros para a capital. Ferramentas como a foice e o facão aparecem na peça como representação do candango desbravando Brasília. O monumento também é conhecido como "Pioneiros Candangos" e popularmente chamado de "Chifrudo". O trabalho será realizado pelos alunos do segundo ciclo do RenovaDF, programa de capacitação profissional. A intenção do Governo do Distrito Federal (GDF) é reformar não apenas a obra de arte, mas todo o espaço público ao redor dela. Também será realizado um trabalho de identificação do monumento com informações relevantes sobre o símbolo brasiliense, incluindo o contexto histórico. "Hoje, a maioria das pessoas desconhece a história do Solarius", afirmou o secretário de Governo, José Humberto Pires.

Advogadas se unem pelo fim da violência contra mulheres

A advogada Thais Riedel abriu sua casa na última quinta-feira para um encontro do Movimento Advocacia pelo Fim da Violência Contra as Mulheres, que reuniu cerca de 250 pessoas para discutir como a advocacia pode enfrentar os altos índices de feminicídio. "Nós, operadoras e operadores do Direito, temos um papel fundamental no enfrentamento à violência contra as mulheres. Além de ter uma ferramenta fantástica, reconhecida pela ONU, que enfrenta o problema da violência contra a mulher de maneira íntegra, que é a Lei Maria da Penha, nós temos o contato direto com as vítimas e suas famílias. Precisamos estar preparadas, capacitadas, conhecer todo o sistema de proteção e amparo a estas mulheres para que possamos ajudá-las", destacou Thais Riedel. O movimento começou no dia em que a Lei Maria da Penha fez 18 anos, em 7 de agosto, e

ganhou o apoio da desembargadora aposentada Ana Maria Duarte, que, agora, está advogando; da Secretária de Justiça e Cidadania do GDF, Marcela Passamani; e da presidente da Associação Brasileira de Mulheres de Carreira Jurídica no DF, Leda Bandeira.

Homenagem a **Estefânia Viveiros**

Durante o evento, Thais Riedel lembrou a importância das mulheres que a precederam e abriram portas para que, hoje, as advogadas possam lutar por melhores condições de vida para elas e demais mulheres e homenageou Estefânia Viveiros. "Estefânia Viveiros enfrentou todos os desafios para se tornar a primeira e única mulher presidente da OAB-DF. É uma grande amiga e me deu aulas diárias de sororidade quando disputei a eleição da OAB. Merece todas as nossas homenagens", declarou Thais.

Acompanhe a cobertura da política local com @anacampos_cb

>> Entrevista | DANIELA MADEIRA | CONSELHEIRA DO CNJ

Ao CB.Poder, magistrada falou sobre o aplicativo lançado há quatro meses, por meio do qual 10 mil pessoas manifestaram o desejo de doar. Após a morte, o médico tem acesso ao documento. A juíza também comentou sobre programas envolvendo os registros civil e de imóveis

Aplicativo facilita doação de órgãos

» MARIANA SARAIVA

aplicativo que facilita trâmites para a doação de órgãos foi um dos temas do ČB.Poder parceria entre o Correio e a TV Brasília — de ontem. A convidada foi a juíza federal do Tribunal Regional Federal da 2a Região (TRF-2) Daniela Madeira, conselheira do Conselho

destacou os programas desenvolvidos pelo órgão para facilitar o dia a dia dos cidadãos. A conversa foi conduzida pelas jornalistas Ana Maria Campos e Jaqueline Fonseca. As iniciativas serão apresentadas amanhã, em um seminário promovido pelo CNJ e o Observatório dos Serviços Notariais e de Registro.

Nacional de Justiça (CNJ), que

E sobre o dispositivo que facilita a doação de órgãos?

O programa de doação de órgãos, considerado inovador, resulta de um convênio entre o Ministério da Saúde, o Colégio Notarial e o CNJ. Por meio do aplicativo e-Notariado, as pessoas podem registrar sua declaração de vontade de doar órgãos, é realizada uma videoconferência com um tabelião. Essa declaração é armazenada e, após o falecimento, pode ser acessada diretamente pelos médicos, facilitando o contato com a família.

Quantas pessoas precisam de transplante hoje?

Atualmente, há 42 mil pessoas na fila de espera por transplante de do programa.

Mesmo com essa declaração, a família ainda precisa autorizar a doação dos órgãos. A senhora acha que essa declaração perante o cartório vai sensibilizar mais as famílias?

A declaração formalizada perante o tabelião, registrada por videoconferência, é clara e inequívoca, o que pode sensibilizar



Aponte a câmera do celular e veja a entrevista

mais a família. Em menos de quatro meses, tivemos cerca de 10 mil solicitações de doações, e o processo é gratuito.

A família pode assistir à

manifestação da pessoa? Ainda não chegamos a esse estágio, mas a manifestação fica

declaração está arquivada, e a pessoa pode explicar seu motivo, e assinar eletronicamente a declaração dos órgãos que deseja doar.

Esse programa tem sido divulgado?

Sim, o programa "Seja a vida na vida de alguém" está sendo amplamente divulgado em parceria com o Ministério da Saúde. Campanhas foram realizadas em hospitais. A declaração também pode ser feita presencialmente no cartório. É importante que a pessoa informe sua decisão aos familiares.

Em relação à Semana dos **Registros Civis, existe** previsão de que isso ocorra de forma periódica?

Sim, o programa é permanente e ocorre anualmente em maio. Envolve todas as corregedorias e mobiliza os tribunais estaduais de todo o país. Além dos registros civis, são oferecidos outros serviços para pessoas vulneráveis, como benefícios do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), cadastramento para trabalho e cursos de capacitação.

O CNJ possui um programa para combater a subnotificação dos registros. Registradores são levados às maternidades para garantir que as crianças sejam registradas imediatamente após o nascimento, especialmente em áreas onde o registro é frequentemente adiado. Isso ocorre em todo o Brasil.

Como a inteligência artificial tem ajudado os aplicativos, como o da doação de órgãos, a chegar nas pessoas? Que outros exemplos temos hoje?

A inteligência artificial ajudou com o sistema eletrônico de registro público, que conecta todos os cartórios do Brasil, melhorando a prestação de serviços. Também foi criado um sistema para inventários extrajudiciais, permitindo que sejam feitos on-line, por videoconferência, sem a necessidade de ir ao Judiciário ou ao cartório.

Hoje, uma pessoa consegue mudar o nome sem passar pela vara de registros públicos?

Sim, atualmente, a mudança de nome pode ser feita diretamente no cartório, desde que a pessoa esteja segura da alteração. Após a mudança, é necessário atualizar todos os documentos.

Quais os impactos desses programas desenvolvidos no CNJ para a sociedade?

O seminário abordará programas realizados entre 2022 e 2024, incluindo três grandes iniciativas do CNJ. Esses programas incluem a regularização fundiária — "Solo Seguro" e "Solo Seguro Favelas", que visam fornecer títulos de propriedade, permitindo financiamento para os proprietários. Também incluem o "Registra-se", que facilita a emissão de certidões de nascimento para pessoas vulneráveis. Durante uma semana, todos os cartórios do Brasil se mobilizam para emitir certidões e, com a possibilidade de emissão de segunda via on-line, o foco é ajudar aqueles que enfrentam dificuldades para obter seus documentos.

órgãos, das quais 500 são crianças. Em 2023, três mil pessoas faleceram aguardando a doação. O objetivo é reduzir esse número significativamente com a excelência

registrada. Em caso de dúvida, a

Como o CNJ entende a subnotificação de registros?